

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS



A fome ainda tem cor: um estudo sobre a indústria alimentícia e sua relação com
classe social e raça no Brasil

MARIANA NATIELI DE CARVALHO NEVES

MARIANA

2025

MARIANA NATIELI DE CARVALHO NEVES

A fome ainda tem cor: um estudo sobre a indústria alimentícia e sua relação com
classe social e raça no Brasil

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Universidade Federal de Ouro
Preto como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Profa. Dra. Carolina Machado
Saraiva

MARIANA

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N513f Neves, Mariana Natieli De Carvalho.

A fome ainda tem cor [manuscrito]: um estudo sobre a indústria alimentícia e sua relação com classe social e raça no Brasil. / Mariana Natieli De Carvalho Neves. - 2025.

41 f.: il.: tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Machado Saraiva.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Administração .

1. Fome - Brasil. 2. Racismo. 3. Alimentos - Indústria. 4. Igualdade - Brasil. 5. Segurança alimentar - Brasil. I. Saraiva, Carolina Machado. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.3(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Mariana Natieli de Carvalho Neves

A FOME AINDA TEM COR: um estudo sobre a indústria alimentícia e sua relação com classe social e raça no Brasil

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração.

Aprovada em 02 de setembro de 2025.

Membros da banca

Profa. Dra. Carolina Machado Saraiva - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Profa. Msc. Luciene Euzébio - Fundação Instituto de Educação de Barueri (FIEB)
Prof. Bacharel Mateus Martins Modesto - Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Carolina Machado Saraiva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 02/09/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Machado Saraiva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/10/2025, às 08:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1000546** e o código CRC **E08198E0**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.013733/2025-68

SEI nº 1000546

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3557-3555 - www.ufop.br

RESUMO

O presente trabalho analisa criticamente a relação entre a indústria alimentícia, a classe social e o racismo no Brasil, tendo a fome como eixo central de reflexão. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental, fundamentada na análise temática proposta por Braun e Clarke (2006). O corpus foi constituído por artigos científicos, documentos técnicos e a obra Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, de Carolina Maria de Jesus, utilizada como referência empírica e narrativa. A análise revelou dez categorias temáticas centrais: racismo estrutural, interseccionalidade, nutricídio, desmonte de políticas públicas, território, capitalismo, pandemia de Covid-19, agricultura familiar, estigmatização da comida negra e resistência/soberania alimentar. Os resultados indicam que a fome no Brasil é um fenômeno estruturalmente racializado e politicamente determinado, sendo perpetuada por desigualdades históricas de classe, gênero e raça, e pela lógica capitalista da indústria alimentícia. Verificou-se que o nutricídio expressa uma forma de violência alimentar sistemática, e que o desmonte de políticas públicas intensifica as vulnerabilidades sociais e raciais. A pesquisa contribui para o campo interdisciplinar da segurança alimentar e dos estudos raciais ao articular literatura científica e experiência social, demonstrando a necessidade de políticas públicas interseccionais e territorializadas para a efetivação do direito humano à alimentação adequada.

Palavras-chave: Fome. Racismo estrutural. Indústria alimentícia. Desigualdade social. Segurança alimentar.

ABSTRACT

This study critically analyzes the relationship between the food industry, social class, and racism in Brazil, taking hunger as the central axis of reflection. The research adopts a qualitative, exploratory, and documentary approach, grounded in the thematic analysis proposed by Braun and Clarke (2006). The corpus was composed of scientific articles, technical documents, and the book *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* by Carolina Maria de Jesus, used as an empirical and narrative reference. The analysis revealed ten main thematic categories: structural racism, intersectionality, nutricide, dismantling of public policies, territory, capitalism, Covid-19 pandemic, family farming, stigmatization of Black food, and resistance/food sovereignty. The results indicate that hunger in Brazil is a structurally racialized and politically determined phenomenon, perpetuated by historical inequalities of class, gender, and race, as well as by the capitalist logic of the food industry. The study shows that nutricide represents a form of systematic food violence and that the dismantling of public policies intensifies social and racial vulnerabilities. This research contributes to the interdisciplinary field of food security and racial studies by articulating scientific literature and social experience, demonstrating the need for intersectoral and territorialized public policies to ensure the human right to adequate food.

Keywords: Hunger. Structural racism. Food industry. Social inequality. Food security.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. OBJETIVOS	10
2.1 Objetivo Geral	10
2.2 Objetivos Específicos	10
3. JUSTIFICATIVA	11
4. REFERENCIAL TEÓRICO	13
4.1 Racismo Estrutural e a Reprodução das Desigualdades	13
4.2 Fome, direitos e segurança alimentar	13
4.3 Indústria Alimentícia e a Lógica do Capital	15
4.4 Obra Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada	16
5. METODOLOGIA	17
5.1 Delineamento	17
5.2 Processo de Coleta de Dados	17
5.3 Processo de Análise de Dados	20
5.3.1 Racismo estrutural	20
5.3.2 Interseccionalidade	21
5.3.3 Nutricídio	23
5.3.4 Desmonte de políticas públicas	24
5.3.5 Território e/ou regionalidade	25
5.3.6 Capitalismo	26
5.3.7 Covid-19	27
5.3.8 Agricultura Familiar	28
5.3.9 Estigmatização da Comida Negra	29
5.3.10 Resistência e Soberania Alimentar	30
6. ANÁLISE DE DADOS	31
6. CONCLUSÃO	34
7. REFERÊNCIAS	36
8. APÊNDICES	42

1. INTRODUÇÃO

A fome no Brasil não é um fenômeno episódico nem meramente decorrente da escassez de alimentos. Trata-se de um processo histórico, estrutural e profundamente marcado por desigualdades raciais e de classe (CASTRO, 2001; ALMEIDA, 2019). O acesso à alimentação adequada tem sido condicionado pela posição que os sujeitos ocupam nas hierarquias sociais e econômicas, refletindo as ligações entre racismo estrutural e capitalismo (ALMEIDA, 2019). Embora o país possua condições para produzir alimento em quantidade suficiente para toda a sua população, a forma como o sistema é organizado, priorizando exportações, monoculturas e produtos ultraprocessados, revela que a fome não é resultado da falta, mas da forma como a comida é produzida, distribuída e comercializada (MALUF; SPINELLI, 2020; ABIA, 2023).

A indústria alimentícia e sua lógica capitalista exercem papel central nesse processo orientando a produção para bens de baixo custo e alto valor agregado, como ultraprocessados que embora acessíveis financeiramente, comprometem a saúde da população a longo prazo (MONTEIRO et al., 2018). Ao mesmo tempo, alimentos frescos e nutritivos tornam-se cada vez mais inacessíveis para famílias de baixa renda, aprofundando um ciclo de desigualdade alimentar que se sobrepõe a desigualdades de raça e gênero (REDE PENSSAN, 2022). Nesse cenário, mulheres negras e pobres, frequentemente chefes de família, se tornam protagonistas forçadas a planos diários de sobrevivência em meio à carência de recursos e à precariedade de políticas públicas (IPEA, 2021).

A obra *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, de Carolina Maria de Jesus, escrita entre 1955 e 1960, ilustra de forma indiscutível essa realidade. Trata-se de um diário que relata o cotidiano da autora como catadora de papel na favela do Canindé, em São Paulo, revelando a realidade da pobreza e da desigualdade social (JESUS, 2014). Em suas páginas, a fome não é apenas um estado fisiológico, mas uma experiência social total, que relata os impactos no corpo, mente, dignidade e nas relações diárias. Carolina descreve, com precisão e linguagem simples, a luta cotidiana por comida em um contexto de miséria. Apesar de escrita há mais de seis décadas, sua narrativa ecoa no presente, quando estatísticas e pesquisas demonstram que a cor da fome no Brasil permanece a mesma (REDE PENSSAN, 2022; FAO, 2021).

Diante desse quadro, este estudo busca compreender a relação entre indústria alimentícia e desigualdade, com foco nos recortes sociais, raciais e de gênero que estruturam a fome no Brasil. Parte-se da premissa de que a fome no Brasil contemporâneo é inseparável de

processos históricos de exploração e exclusão (CASTRO, 2001; ALMEIDA, 2019), nos quais a indústria alimentícia atua como agente ativo na manutenção das desigualdades (MONTEIRO et al., 2018). A análise se apoia em literatura acadêmica e dados técnicos, além da análise temática de textos selecionados e da experiência narrada por Carolina Maria de Jesus aproximando o discurso científico da experiência vivida.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar criticamente a relação entre indústria alimentícia, classe social e racismo no Brasil, tendo a fome como objeto central e à luz da obra “Quarto de Despejo”.

2.2 Objetivos Específicos

- Mapear através da análise temática as principais dimensões que estruturam a fome e a insegurança alimentar no país.
- Relacionar e criticar essas dimensões com a lógica de produção, distribuição e consumo da indústria alimentícia.
- Discutir, à luz da obra de Carolina Maria de Jesus, as permanências e transformações nas experiências de fome no Brasil.
- Evidenciar como as desigualdades raciais e de gênero moldam o acesso à alimentação adequada.

3. JUSTIFICATIVA

A fome no Brasil, apesar de avanços pontuais nas últimas décadas, permanece como um grave problema social e de saúde pública. Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado pela Rede PENSSAN (2022),

No Brasil de 2022, apenas 4 em cada 10 domicílios conseguem manter acesso pleno à alimentação – ou seja, estão em condição de segurança alimentar. Os outros 6 lares se dividem numa escala, que vai dos que permanecem preocupados com a possibilidade de não ter alimentos no futuro até os que já passam fome. De acordo com o 2º Inquérito, em números absolutos, são 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança alimentar. É um aumento de 7,2% desde 2020, e de 60% em comparação com 2018.

Esses números evidenciam que o fenômeno não se restringe a períodos de crise econômica aguda, mas é produto de uma estrutura social que distribui de forma desigual os recursos e o acesso a direitos básicos, incluindo a alimentação adequada.

A fome no Brasil é também racializada e generificada. Dados da PENSSAN (2022) e estudos como os de Almeida (2019) mostram que famílias negras, especialmente aquelas chefiadas por mulheres, são desproporcionalmente afetadas pela insegurança alimentar grave. Essa realidade aponta para a necessidade de compreender a fome a partir de uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2002), capaz de analisar como raça, gênero e classe se articulam para definir quem são os mais atingidos pela privação alimentar.

Do ponto de vista acadêmico, este trabalho se insere em um campo de estudos que, embora consolidado em análises isoladas sobre fome, racismo ou indústria alimentícia, ainda necessita de abordagens que integrem esses elementos de forma articulada. Ao propor uma investigação que une esses três eixos, a presente pesquisa contribui para preencher uma lacuna na literatura e amplia a compreensão crítica sobre o sistema alimentar brasileiro, dialogando com áreas como sociologia, saúde e estudos raciais.

A originalidade desta proposta consiste na utilização da obra Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada (JESUS, 1960) como pano de fundo narrativo e analítico. A escrita de Carolina Maria de Jesus, ao retratar a vida de uma mulher negra e favelada nos anos 1950, oferece um testemunho vivo das proporções materiais e simbólicas da fome. A articulação entre sua narrativa e os dados modernos permite identificar permanências e transformações nas estruturas que produzem e reproduzem a fome no Brasil, enriquecendo a análise acadêmica.

Ao iluminar os mecanismos que perpetuam a fome, espera-se que este trabalho contribua para subsidiar políticas públicas de segurança alimentar e nutricional que sejam interseccionais, territorializadas e capazes de enfrentar as desigualdades estruturais que marcam o acesso à alimentação no país.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Racismo Estrutural e a Reprodução das Desigualdades

A compreensão do racismo estrutural exige uma abordagem interdisciplinar que considere os aspectos históricos, sociais, políticos e culturais que sustentam as desigualdades raciais no Brasil. O conceito central deste trabalho é fundamentado na obra de Silvio Almeida (2019), que define primeiramente racismo

é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (p.22)

Dessa forma, o racismo estrutural diz respeito a um fenômeno que ultrapassa ações individuais, estando enraizado nas instituições, práticas sociais, políticas públicas e dinâmicas econômicas que moldam a vida cotidiana, como um padrão sistêmico e persistente de desigualdade (ALMEIDA, 2019). Para o autor, o racismo não é um desvio, mas sim uma lógica que organiza as relações sociais e econômicas, perpetuando privilégios e exclusões. Nesse sentido, ele é parte constitutiva do funcionamento da sociedade brasileira, influenciando a distribuição de recursos, oportunidades e direitos.

No contexto brasileiro, o racismo estrutural é herança direta da escravidão, cujas consequências se perpetuaram após a abolição formal, sem que houvesse políticas de reparação ou inclusão efetiva da população negra. A ausência dessas medidas segue produzindo consequências levando em conta a marginalização econômica, territorial e social, resultando em desigualdades profundas que se expressam até hoje nos indicadores de renda, educação, saúde e segurança alimentar.

Deste modo, compreender a fome no Brasil exige reconhecer que o racismo não é um fator secundário mas um elemento estruturante das desigualdades que definem quem tem acesso à alimentação adequada e quem sofre sua privação.

4.2 Fome, direitos e segurança alimentar

A questão da fome, alimentação e nutrição no Brasil é discutida de diversas nuances, partindo da perspectiva do observador. Urban Jonsson, em um artigo originalmente publicado há mais de 20 anos (Valente, 1986), já levantava que cada área profissional tende a olhar para a “fome” de um jeito diferente, e propor ações que decorrem desta visão. O profissional da saúde “enxerga” desnutrição e doença e propõe vacinação, saneamento, aleitamento materno, etc. O agrônomo “diagnostica” falta de alimentos e propõe maior produção de alimentos,

ajuda alimentar, etc. O educador vê “ignorância e hábitos alimentares inadequados” e propõe educação alimentar. Os economistas clássicos “identificam” má distribuição de alimentos e propõem uma melhor política fiscal, geração de emprego e renda, etc. Os planejadores diagnosticam “falta de coordenação” e propõem a criação de conselhos de alimentação e nutrição e capacitação.

No mesmo sentido, Valente (2002) destaca que,

A questão da alimentação, da fome e da má nutrição não pode ser olhada exclusivamente em sua dimensão econômica (acesso à renda), alimentar (disponibilidade de alimentos) ou biológica (estado nutricional). O ato de se alimentar e alimentar familiares e amigos é uma das atividades humanas que mais reflete a enorme riqueza do processo histórico de construção das relações sociais que se constituem no que podemos chamar de “humanidade”, com toda a sua diversidade, e que está intrinsecamente ligado à identidade cultural de cada povo ou grupo social. (Valente, 2002).

Dito isso, é importante salientar que a questão deve ser analisada de forma multidimensional e que soluções fragmentadas tendem a reduzir a complexidade da questão alimentar. A alimentação, portanto, deve ser entendida como parte da construção da humanidade e da diversidade, exigindo políticas públicas que integrem essas múltiplas dimensões e reconheçam o direito à alimentação adequada como um elemento essencial da cidadania.

O direito à alimentação adequada é reconhecido internacionalmente como um direito humano fundamental, indispensável à dignidade, à saúde e à vida. O direito humano à alimentação adequada está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Artigo XXV - 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948).

O Comentário Geral nº 12/1999 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU) também define que:

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não (CDESC, 1999). (parágrafo 2, art. 11).

Dessa forma, compreender a fome apenas como ausência de alimento é insuficiente diante das múltiplas dimensões que envolvem o conceito, pois ela representa, antes de tudo, uma violação direta de um direito humano fundamental: o direito à alimentação adequada (FAO, 2021; BRASIL, 1988). Esse direito, consagrado em tratados internacionais e reconhecido pela Constituição Federal de 1988, cuja efetivação está diretamente ligada à promoção da dignidade, da equidade e da cidadania.

Ao ser interpretada sob essa perspectiva, a fome deixa de ser vista como um problema individual ou circunstancial e passa a ser entendida como resultado de desigualdades históricas e estruturais que precisam ser enfrentadas por políticas públicas integradas, participativas e orientadas pela justiça e mobilização social (REDE PENSSAN, 2022; MALUF; SPINELLI, 2020). Assim, o enfrentamento da fome deve ser entendido como um compromisso ético e político, que ultrapassa a lógica da carência e insere-se na construção de uma sociedade mais justa e plural.

4.3 Indústria Alimentícia e a Lógica do Capital

Ao longo das últimas décadas, com a revolução industrial, a expansão do capitalismo e o crescimento populacional, os mais diversos ramos tiveram que crescer, evoluir e se adaptar às necessidades, o que não excluiu a alimentação. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA, 2023), a indústria alimentícia desempenha papel essencial no desenvolvimento socioeconômico do Brasil,

São mais de 37 mil indústrias em todo o Brasil, que processam 58% de tudo o que é produzido no campo. Integram a ABIA mais de 100 empresas de alimentos, bebidas, tecnologias e ingredientes. São indústrias de pequeno, médio e grande portes, presentes em todo o território nacional, brasileiras e multinacionais que, juntas, representam cerca de 80% do setor em valor de produção. (ABIA, 2023)

Conforme evidenciado por Belik (2003), “Ao contrário de outros países pobres, o Brasil não tem problemas quanto à oferta de alimentos, esses estão disponíveis mas não são acessíveis à população de renda mais baixa.” e a lógica capitalista que orienta a cadeia produtiva prioriza a exportação e a produção de ultraprocessados para consumo interno. Essa dinâmica, promove um modelo de consumo baseado em produtos de baixo custo e baixo valor nutricional, destinados principalmente às populações de menor poder aquisitivo, o que valida a discussão quanto ao conceito de nutricídio. De acordo com Llaila O. Afrika (AÇÚCAR, 2019, s/p) “o nutricídio da população negra ocorre quando são criadas as pré-condições onde

as pessoas se destruam, você não precisa matá-las, apenas criar as condições e as condições foram criadas”.

O cenário evidencia que essa lógica não é neutra: ela reproduz desigualdades socioeconômicas e raciais. A indústria define preços, canais de distribuição e estratégias de venda que irão moldar indiretamente os padrões alimentares da população. Em áreas periféricas e rurais, onde o acesso a alimentos naturais é escasso, a presença de ultraprocessados é predominante, o que não apenas mantém, mas aprofunda o ciclo da má alimentação e suas consequências para a saúde dessa população.

4.4 Obra Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada

Tratando a literatura como crítica social, a obra *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* é um livro autobiográfico de Carolina Maria de Jesus publicado em 1960, constitui um documento singular sobre a fome e a desigualdade social no Brasil. Em sua narrativa, Carolina registra o cotidiano de uma mulher negra, pobre, favelada e mãe solteira de três filhos, cuja vida é marcada pela luta constante para garantir alimento. O diário, escrito na década de 1950, expõe não apenas a privação material, mas também a violência simbólica e estrutural que molda a experiência da fome.

O relato de Carolina excede a experiência individual, pois revela como o fenômeno da fome está inscrito em um sistema de exclusão que combina racismo, desigualdade de classe e ausência de políticas públicas efetivas. Ao descrever a busca incessante por comida e as estratégias de sobrevivência no espaço da favela, a autora antecipa discussões sobre insegurança alimentar, desigualdade racial e gênero, estabelecendo pontes entre o passado e o presente.

5. METODOLOGIA

5.1 Delineamento

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória inicial que adota uma abordagem qualitativa de base documental, fundamentada na análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), com o objetivo de iniciar uma discussão crítica sobre a fome ter um retrato social no Brasil.

Essa abordagem foi escolhida por sua flexibilidade e capacidade de identificar, organizar e interpretar padrões de significado (temas) dentro de um conjunto de dados textuais, respeitando os contextos socioculturais em que esses sentidos são produzidos (BRAUN; CLARKE, 2006). A escolha dessa abordagem decorre da necessidade de compreender, para além de dados numéricos, as dimensões subjetivas, históricas e estruturais que atravessam a fome no Brasil, especialmente no cruzamento entre indústria alimentícia, classe social e racismo.

5.2 Processo de Coleta de Dados

Para iniciar o processo de coleta de dados, após definir a metodologia a ser utilizada, realizou-se a busca bibliográfica de artigos nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e no Periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) a fim de reconhecer artigos científicos, teses e dissertações publicados sobre o tema.

As bases SciELO e Periódicos Capes foram utilizadas após definir os descritores de busca, sendo eles: “Racismo Alimentar”; “Nutricídio” and/+ “Racismo”; “Nutrição” and/+ “Racismo”; “Alimento” and/+ “Racismo”, com o auxílio de filtros de busca disponíveis das próprias plataformas.

A busca resultou em um total de 72 trabalhos, dos quais 60 foram localizados na base Periódicos Capes e 12 na SciELO. Para a seleção do corpus, foram aplicados critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Como critérios de inclusão, consideraram-se: (i) textos publicados em língua portuguesa; (ii) estudos que abordassem diretamente a relação entre alimentação, fome, racismo e/ou desigualdades sociais; e (iii) publicações em formato de artigo científico, dissertação ou tese disponíveis em acesso integral. Como critérios de exclusão, eliminaram-se documentos duplicados, produções cujo foco não dialogasse com a problemática central da pesquisa e textos de caráter opinativo sem embasamento científico.

Após a aplicação desses critérios, 21 trabalhos foram selecionados para leitura integral. Na etapa seguinte, foi realizada uma análise criteriosa da relevância temática,

qualidade metodológica e aderência ao objetivo do estudo, o que resultou na escolha de 6 textos que constituíram o corpus inicial. Posteriormente, após um processo de validação interna dos dados, realizou-se uma segunda rodada de buscas com o auxílio das plataformas Elicit e Litmaps, que possibilitaram identificar novos estudos relacionados à temática a partir de recomendações baseadas em coocorrências e redes de citações. Essa etapa complementar ampliou o corpus documental, permitindo a inclusão de textos adicionais que contribuíram para aprofundar a análise e garantir maior robustez à discussão desenvolvida neste trabalho. Foram encontrados 10 textos no Elicit e após o mesmo processo de seleção realizado previamente resultou em 4 textos e a busca do Litmaps gerou 20 textos dos quais 12 passaram a incorporar o trabalho. Todos os textos selecionados, tanto na primeira quanto na segunda rodada de buscas, listados no apêndice A, foram considerados os mais representativos para a compreensão crítica da relação entre indústria alimentícia, racismo estrutural e classe social no Brasil, fundamentando a análise temática proposta por Braun e Clarke (2006).

As técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência, ou seja, corresponde à parte prática da coleta de dados (LAKATOS E MARCONI, 2001).

Em conformidade com o conceito de análise temática descrito por Braun e Clarke (2006) o processo de coleta de dados seguiu as seis fases, sendo elas:

1. Familiarização com os dados: leitura intensiva e reflexiva de todo o material selecionado, com anotações iniciais de impressões e ideias relevantes;
2. Geração de códigos iniciais: identificação e registro sistemático de trechos significativos nos textos, gerando códigos descritivos e interpretativos;
3. Busca por temas: agrupamento dos códigos por similaridade e relevância, formando categorias temáticas preliminares;
4. Revisão dos temas: verificação da coerência interna de cada categoria e da clareza na distinção entre elas;
5. Definição e nomeação dos temas: elaboração de descrições detalhadas para cada categoria, preservando a linguagem dos textos originais sempre que possível;
6. Produção do relatório final: organização dos resultados de forma narrativa e integrada, com apoio de citações diretas dos documentos analisados.

O processo de geração de códigos e busca por temas foi feito com apoio da inteligência artificial ChatGPT (Chat Generative Pre-trained Transformer) para mapear corretamente as ocorrências e códigos e posteriormente esses códigos foram agrupados por

similaridade e relevância, dando origem a categorias temáticas mais amplas. Realizou-se revisão das categorias geradas e incluídas categorias necessárias após validação interna para coerência entre os dados e a interpretação proposta, garantindo que as categorias construídas fossem fundamentadas nos dados e alinhadas ao referencial teórico adotado.

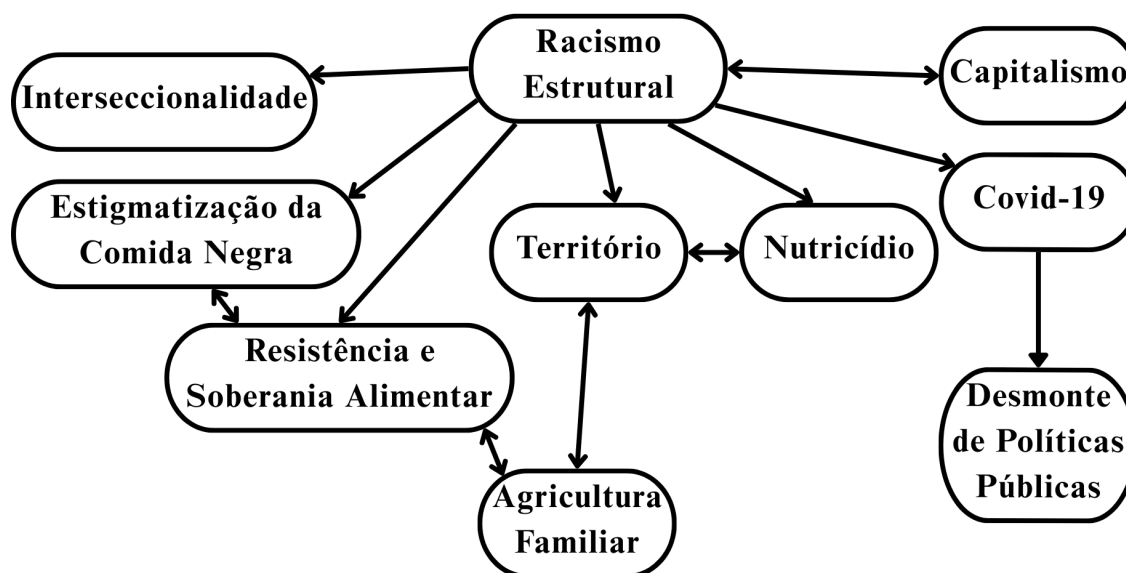
A partir do processo de análise temática, leitura repetida e exame dos documentos foram identificadas dez categorias temáticas principais, sendo elas:

1. Racismo Estrutural
2. Interseccionalidade
3. Nutricídio
4. Desmonte de políticas públicas
5. Território e/ou regionalidade
6. Capitalismo
7. Covid-19
8. Agricultura familiar
9. Estigmatização da comida negra
10. Resistência e Soberania Alimentar

Esses temas sintetizam os principais padrões de discurso e de evidência sobre como ainda existe relação entre classe social e raça no Brasil quanto ao acesso à alimentação, a qualidade nutricional e a saúde. As citadas categorias não são independentes entre si, mas se articulam de forma interdependente, partindo do racismo estrutural como base a partir da qual outras formas de exclusão crescem. A seguir, apresenta-se o mapa temático desenvolvido e a descrição detalhada de cada uma dessas categorias.

5.3 Processo de Análise de Dados

MAPA TEMÁTICO



Fonte: Elaborado pela autora.

O processo de interpretação do mapa temático e elaboração do relatório constituiu a fase em que os temas foram descritos e interpretados de forma articulada ao referencial teórico. Foram incorporadas citações diretas dos documentos analisados para exemplificação e, quando pertinente, estabeleceu-se diálogo com a obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, utilizada como recurso narrativo e crítico para iluminar as permanências e transformações nas estruturas que produzem e mantêm a fome no Brasil.

5.3.1 Racismo estrutural

Para iniciar a análise é importante pensar no racismo como um organizador da maioria das exclusões no Brasil. Segundo Almeida (2019, p. 15), “o racismo é sempre estrutural”, sendo “um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. Mais do que um fator isolado, ele sustenta uma lógica de distribuição desigual dos recursos alimentares, saúde, renda e educação, resultando na negação de direitos essenciais para a

população negra. Essa exclusão não é ocasional ou acidental, é perpetuada todos os dias criando um cenário onde raça determina acesso e privação.

Em diversos trechos dos documentos analisados, o racismo aparece como categoria importante na explicação da fome e da insegurança alimentar. Segundo Duran, Sousa e Silva (2022, p. 18),

(...) a fome tem endereço e tem cor: a periferia das cidades, as regiões rurais empobrecidas, e os povos originários e os descendentes dos que foram escravizados. Isso significa a marca do racismo estrutural. Significa a manifestação de uma necessidade vital para as sociedades de classe baseadas em privilégio e que, o tempo todo, produzem e reproduzem mecanismos que bloqueiam a mobilidade social das pessoas que não sejam herdeiras dos colonizadores escravocratas.

De forma semelhante, Silva e Santos (2022, p. 14) destaca que:

Mesmo vindo legalmente a conquistar o direito de acessar uma série de políticas específicas, a população negra do país ainda hoje sofre as consequências sistêmicas e culturais duráveis da escravidão. Assim sendo, fica evidente que raça é uma categoria política indispensável para a análise das iniquidades entre diferentes grupos sociais no Brasil – e, junto a ela, a noção de racismo estrutural.

Para Santos e Lima (2021, p.2), o argumento se prova através do trecho:

A população negra enfrenta barreiras referentes à saúde como consequência do racismo estrutural, o que é evidenciado por fatores como: maior dificuldade de tratamento e avanço de doenças, elevados indicadores de comorbidades e grandes níveis de mortalidade, além de terem que enfrentar maiores obstáculos no acesso de qualidade a serviços de saúde.

Esses fragmentos validam a crítica de racismo como força estrutural e interseccional, modelando concretamente os padrões de acesso à alimentação, perpetuando a fome como uma expressão das desigualdades raciais.

Em Quarto de Despejo, Carolina Maria de Jesus expõe como a fome na favela não era apenas fruto da pobreza mas resultado de um sistema que negava à população negra o acesso a oportunidades dignas. Ao narrar episódios em que vizinhos brancos recebiam doações antes das famílias negras, Carolina expõe a seletividade racial no socorro, antecipando o que hoje entendemos como um padrão estrutural de exclusão.

5.3.2 Interseccionalidade

A segunda categoria trata de evidenciar que a insegurança alimentar não afeta todos os indivíduos da mesma forma. A interseccionalidade, segundo a perspectiva de Crenshaw (2002, p.177):

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e

outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A interseccionalidade, neste contexto, permite compreender como múltiplas opressões se sobrepõem, produzindo efeitos concretos na experiência cotidiana da privação alimentar.

Conforme Cezimbra, Bastos e Reichenheim (2022, p.8), a intersecção desses marcadores é diretamente abordada:

Cada um desses grupos é percebido nas relações sociais de forma específica, o que contribui para a posição na hierarquia social. Mulheres negras apresentam duas características decisivas nas dinâmicas sociais que contribuem para vulnerabilidades específicas, ser mulher e negra.

Essa perspectiva é corroborada por Cabral et al. (2024, p.11), que destaca:

Vale frisar que essa lógica tem corpos e populações bem definidas, sendo ela preta, pobre e periférica, que ficam a mercê da racionalidade de mercado, sendo extremamente segregadora com o advento da crise sanitária.

Já segundo Vilas Boas (2023, p. 10), para descrever a questão de gênero na alimentação é utilizado um trecho de Freitas (2003):

Por força das ideologias do gênero que se realizam na organização doméstico-familiar, geralmente aos homens, como chefes do grupo doméstico e seus principais provedores, são destinadas cotas mais generosas da parca alimentação. Cabe às mulheres a menor ou mesmo o que sobra da alimentação dos filhos. São essas e outras as razões que tornam os índices de mortalidade materna e infantil elevados no Brasil.

Ao considerar os marcadores de raça, gênero e classe de maneira ligada, observa-se que mulheres negras e periféricas, especialmente aquelas em situação de pobreza, constituem o grupo mais vulnerável à fome e são vítimas de um sistema que perpetua desigualdades sendo possível reconhecer que a fome não é apenas um fenômeno econômico, mas um marcador de hierarquias sociais.

Carolina Maria de Jesus representa, em sua escrita, essa intersecção de marcadores. Mulher, negra, mãe solo de 3 crianças e moradora de favela, sua vida era uma sequência de estratégias para alimentar os filhos, revelando que a luta contra a fome, para mulheres como ela, exige constante adaptação e resistência. Ao relatar noites em que deixava de comer para os filhos se alimentarem, Carolina materializa o que as pesquisas apontam: as mulheres são as primeiras a abrir mão da própria comida em momentos de escassez.

5.3.3 Nutricídio

A terceira categoria traz à tona o conceito de nutricídio, cunhado por Llaila O. Afrika no livro *Nutricide: The Nutritional Destruction of the Black Race* (ainda sem tradução oficial para o português). Ele define nutricídio como:

A destruição sistemática da saúde física e mental da população negra por meio de práticas alimentares impostas, que afastam esses povos de sua cultura alimentar ancestral e os expõem a alimentos de baixo valor nutricional, como os ultraprocessados. Isso resulta em doenças crônicas, perda de vitalidade e morte prematura, configurando um genocídio silencioso baseado na alimentação. (AFRIKA, 2013)

Mais do que um resultado da desigualdade socioeconômica, o nutricídio denuncia a fome como instrumento político de controle e extermínio de populações negras, operando como expressão material da necropolítica. O conceito de necropolítica (Mbembe, 2018) se refere à capacidade de um Estado legitimar políticas de morte para determinados corpos, ditando quem pode viver e quem pode morrer, mesmo que de forma mascarada ou oculta com propósito de manter a vida soberana de outros.

Cabral et al. (2024, p.6) é enfático ao afirmar:

Os alimentos mais consumidos não são necessariamente os que melhor alimentam, mas aqueles que melhor se adequam mercadologicamente dentro de uma lógica industrial, que muitas vezes gera mais adoecimento/morte, afetando negativamente a saúde das populações, especialmente as mais pobres, que têm menor poder de escolha no mercado e são, em sua maioria, negras.

Essa compreensão é aprofundada por Silva e Santos (2022, p.19), onde ficam claras as opções de determinada população.

O genocídio alimentar, silencioso e ao mesmo tempo gritante, da insegurança alimentar e da fome, é colocado em curso todas as vezes que as pessoas se veem impelidas a fazer “escolhas” alimentares menos saudáveis por serem mais baratas; todas as vezes que não há margem para escolha, pela escassez de recursos e de políticas que assegurem aos grupos em vulnerabilidade socioeconômica viver com dignidade.

Esses relatos evidenciam que o nutricídio se sustenta na articulação entre racismo, negligência institucional e produção de alimentos voltada para o lucro e não para a vida.

Em *Quarto de Despejo*, o nutricídio aparece de forma implícita, quando Carolina descreve se sentir mal de fome, com tonturas, dores no corpo, visão turva e tudo ao seu redor tingido de amarelo como a bile que se vomita quando o estômago está vazio. Uma dieta com refeições baseadas em restos ou alimentos deteriorados, obtidos a baixo custo ou por doação compromete não apenas a nutrição, mas também a dignidade. A violência alimentar é silenciosa, mas contínua, corroendo a saúde física e mental dos afetados.

5.3.4 Desmonte de políticas públicas

A quarta categoria trata da dimensão política da insegurança alimentar, evidenciando como o desmonte de políticas públicas agrava o cenário da fome, especialmente entre os grupos racializados. A extinção ou enfraquecimento de programas como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) comprometeu a articulação da segurança alimentar no Brasil, impactando de forma desproporcional comunidades negras, periféricas e rurais.

Silva e Santos (2022, p.7) evidenciam essa relação entre omissão estatal e fome:

No contexto brasileiro, isso significa dizer que o desmonte de políticas voltadas para a San (Segurança Alimentar e Nutricional) e de programas de transferência de renda – a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF) – tem criado e institucionalizado “mundos de morte”, como mencionamos. Ou seja, ao negar-se a garantia do DHAA e precarizar políticas e programas que auxiliaram no combate à fome e à Insan, distribuem-se vulnerabilidade e morte a grupos considerados indesejados.

Segundo Santos e Lima (2021, p.12), há dados que comprovam a negligência e oposição dos responsáveis ao necessário para a população:

A partir do ano de 2016, em um governo integrado por conservadores e neoliberais, as políticas direcionadas à agricultura familiar começaram a sofrer processos sucessivos de desmonte, inclusive o PAA, que teve nos dois anos seguintes (2017-2018) uma redução no orçamento de R\$ 347.305 milhões e R\$ 232.693 milhões, respectivamente, considerados valores escassos comparados aos anos de 2003 a 2011, no auge do programa. Em 2019, o desmonte se intensificou ainda mais.

De modo mais direto, Cabral et al. (2024, p. 5) critica:

Mesmo diante dos avanços inquestionáveis, o desmonte e o enfraquecimento de políticas públicas de alimentação e nutrição ocorrem desde 2016, o que contribuiu para que em 2022, o país retornasse ao mapa da fome, segundo dados da ONU. Nesse ano, houve a dissolução do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, transformando a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em uma discussão menor dentro de um braço do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Com o declínio gradual do crescimento econômico, seguiu-se uma crise política marcada pelo distanciamento do governo das políticas sociais. Assim, as políticas que eram estruturantes, como saúde, alimentação, educação e assistência social, deixam de ser prioridades. Isso se deu com medidas de ajustes fiscais, redução de gastos públicos (especialmente por meio da Emenda Constitucional 95), medidas institucionais reducionistas e desmonte de direitos sociais, que ameaçavam de forma real a soberania alimentar. Em 2019, já no governo Bolsonaro, as políticas da área foram mais fragilizadas, com a dissolução do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão de participação social consultivo e deliberativo sobre a SAN (Guerra et al., 2020).

Esses trechos indicam que o Estado, ao descumprir sua função de promotor de direitos, não apenas contribui para a permanência da fome, mas a reforça. A ausência de políticas

públicas adequadas e o desmonte furtivo das existentes é, portanto, uma forma ativa de negligência que cada vez mais institucionaliza a exclusão alimentar e racial.

Carolina, escrevendo na década de 1950, vivia em um tempo sem políticas estruturadas de segurança alimentar. Sua narrativa revela que a fome era combatida, quando muito, por iniciativas pontuais e assistencialistas, insuficientes para romper o ciclo de miséria. A comparação entre o contexto de Carolina e o atual mostra que, embora políticas tenham sido criadas, seu desmonte ou enfraquecimento nos coloca como sociedade perigosamente próximos à realidade que ela descreveu.

5.3.5 Território e/ou regionalidade

A quinta categoria temática destaca o papel do território e da regionalidade na constituição das desigualdades alimentares. A localização geográfica atua como um determinante no acesso à alimentação, de modo que populações negras e empobrecidas tendem a habitar regiões com menor presença do Estado, menor infraestrutura e maior vulnerabilidade. O espaço, nesse sentido, não é neutro, mas um organizador da desigualdade social e racial.

Consoante o autor Cabral et al. (2024, p. 6) é exposto um quadro das populações e ocupações valorizadas e “mais merecedoras” de se estabelecer em determinado território:

O estudo sobre territorialidades e nutricional de Almeida (2023) reforça que os mecanismos de expulsão de comunidades negras e indígenas para a produção do agronegócio não são casos isolados. Esses mecanismos fazem parte de uma tecnologia colonial-racial-capitalista para garantir os interesses da supremacia branca, impossibilitando a disponibilidade de terras, da biodiversidade e do pertencimento espacial, racial e cultural.

É importante citar as dificuldades dessas pessoas obrigadas a ocupar o espaço determinado pela sociedade, como dito ainda por Cabral et al. (2024, p.7)

No sentido espacial, moradores de favelas, comunidades e bairros periféricos encontram diariamente mais obstáculos para comprar produtos frescos e não industrializados.

De forma semelhante, Vilas Boas (2023, p. 12) relaciona os dados de insegurança alimentar com o uso da terra para fins capitalistas:

A elevada concentração fundiária do país, associada ao predomínio das monoculturas, contribui para a deterioração dos regimes alimentares no campo brasileiro, pois priva a maioria da população do acesso à terra e diminui a diversidade de gêneros cultivados e consumidos. Como o foco dos estabelecimentos agropecuários no Brasil é a exportação, a produção de víveres alimentícios não se destina ao autoconsumo e/ou ao abastecimento do mercado interno, comprometendo a segurança alimentar da população.

Em diversos momentos dos textos são citadas ainda as precariedades vividas pelas pessoas que moram no Norte, Nordeste, em áreas rurais e periféricas evidenciando que o lugar onde se vive influencia diretamente o que e como se come, sendo o espaço territorial um marcador de desigualdade.

No diário de Carolina, o território da favela é constantemente descrito como um espaço segregado, onde a comida boa “não chega” e onde a fome é normalizada. Hoje, pesquisas mostram que os chamados “desertos alimentares” se concentram em áreas periféricas urbanas e rurais, repetindo a lógica de exclusão territorial vivida por Carolina. Segundo o projeto Alimentando Políticas (2019), desertos alimentares são regiões onde o acesso a alimentos saudáveis é limitado ou inexistente, o que obriga os moradores a se deslocarem para outras áreas em busca de itens essenciais à saúde.

5.3.6 Capitalismo

O capitalismo aparece nos textos analisados como um sistema econômico que organiza a produção, distribuição e consumo de alimentos a partir da lógica do lucro, em detrimento das necessidades humanas. Essa estrutura privilegia a concentração de riquezas e recursos, enquanto naturaliza a exclusão alimentar de parcelas significativas da população, especialmente aquelas racializadas.

Conforme Santos e Lima (2021, p.11), essa afirmação é validada no trecho:

O capitalismo também pode ser considerado um potencializador do racismo, em virtude da sua associação com o neoliberalismo que vai além de uma gestão econômica, tendo como objetivo a maximização do lucro que integra o controle de territórios, populações e recursos naturais, baseando-se em um fundamento de Supremacia Branca.

Duran, Sousa e Silva (2022, p. 2) reforça essa crítica:

O efetivo enfrentamento do racismo estrutural é, necessariamente, um questionamento da “normalidade” presente – normalidade essa que se exemplifica tanto no olhar vigilante sobre uma mulher preta parar diante da vitrine de uma loja qualquer, quanto nas discrepâncias referentes ao tratamento das situações de fome nos países da periferia do capitalismo; tanto na truculência da abordagem policial a moradores pretos das periferias urbanas, quanto na espoliação que o colonizador/imperialista faz dos recursos da mãe-terra dos povos originários.

De forma complementar, Vilas Boas (2023, p.14) relaciona diretamente a economia política e a fome:

A discrepância relativa às receitas mensais ressoa diretamente na alimentação dos domicílios brasileiros, especialmente porque a principal forma de acesso aos alimentos no país é a compra. Assim, pode-se notar a profunda influência que a desigualdade socioeconômica intrínseca ao modo de produção capitalista possui sobre a alimentação dos indivíduos.

No mesmo texto, Vilas Boas (2023, p.18) evidencia a forma como o sistema capitalista organiza e distribui os recursos, operando em sinergia com o racismo estrutural para manter a desigualdade alimentar.

Portanto, a insegurança alimentar está intimamente vinculada à desigualdade no acesso aos alimentos, característica basilar das sociedades capitalistas atuais, nas quais a disparidade entre as classes sociais é acentuada. Em escala mundial, há alimentos suficientes para saciar as carências nutricionais de todas as populações. No entanto, problemas na distribuição e no acesso a eles, majoritariamente condicionado pela renda salarial, perpetuam a existência de diversas patologias associadas à precariedade das dietas alimentares. (p.18)

Na obra Carolina relata como o lixo da cidade (restos de alimentos descartados pelas classes mais ricas) era recurso vital para os mais pobres e divaga sobre como a cidade expulsa seus problemas e pessoas marginalizadas para as favelas, apelidadas pela autora como quarto de despejo, mas mantém com eles uma relação de dependência e exploração, inclusive no campo alimentar.

5.3.7 Covid-19

A pandemia de Covid-19 aparece nos textos como um fator catalisador, que intensificou de forma brusca as vulnerabilidades já existentes. Mais do que criar novos problemas, a crise sanitária revelou e ampliou os gargalos estruturais da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito à insegurança alimentar. O isolamento social, a perda de empregos e a redução de renda atingiram desproporcionalmente famílias negras e periféricas, que já enfrentavam barreiras históricas no acesso a alimentos.

Segundo Duran, Sousa e Silva (2022, p 18) o argumento se prova:

A pandemia da covid-19 não somente evidenciou a existência da fome no mundo, além de contribuir para ampliar as desigualdades de acesso à riqueza e agravar a extrema pobreza, mas, sobretudo, ajudou a desnudar algumas das contradições não contornáveis do sistema capitalista, manifestas nos esquemas de reprodução do racismo estrutural. (p. 18).

Vilas Boas (2023, p. 16) ressalta o impacto acumulado:

Os índices de segurança alimentar diagnosticados pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2021) demonstram que no comparativo entre as residências chefiadas por pessoas brancas e aquelas lideradas por indivíduos de cor ou raça preta e parda, os primeiros apresentam valores de segurança alimentar muito maiores que os últimos, ratificando a histórica situação de exclusão social e étnica vivenciada por estes indivíduos, a qual reverbera em piores condições de vida e de alimentação.

Esses dados e interpretações indicam que a pandemia funcionou como um evento de aceleração das desigualdades estruturais, ao mesmo tempo em que escancarou a ineficiência e a negligência do Estado em garantir o direito humano à alimentação.

Embora Carolina não tenha vivido uma pandemia global, sua narrativa dialoga com esse cenário na medida em que descreve como outras adversidades como enchentes e aumentos súbitos de preços podiam agravar ainda mais a fome. A diferença é que, na pandemia, esses efeitos se amplificaram em escala nacional e revelaram a fragilidade das redes de proteção social, algo que Carolina já denunciava em seu tempo.

5.3.8 Agricultura Familiar

No Brasil, a Lei nº 11.326/2006 estabelece os critérios para a definição de agricultor familiar, considerando, entre outros aspectos, a utilização de mão de obra predominantemente familiar, a área limitada de produção e a gestão centrada na família. Essa legislação reconhece a agricultura familiar como segmento estratégico para o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades sociais e a promoção da segurança alimentar e nutricional no país (BRASIL, 2006).

Dito isso, a agricultura familiar é identificada como um pilar para a segurança alimentar de comunidades negras e quilombolas, seja pelo autoconsumo, pela inserção em programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) ou ainda para geração de renda, comércio de excedentes e manutenção de práticas tradicionais, transmitidas por gerações. Ao mesmo tempo, os textos ressaltam os desafios estruturais, como a falta de titulação de terras, a dificuldade de acesso a crédito, a baixa inserção em mercados e o descaso dos órgãos responsáveis pelo amparo desta população.

De acordo com Silva e Oliveira (2019, p.11)

Os programas de transferência condicionada de renda são importantes para a garantia da segurança alimentar. Todavia, devem ser associados com outras políticas públicas de educação alimentar e nutricional, programas de infraestrutura e ações que impactem o sistema produtivo (como geração de emprego, formalização do trabalho, estabilidade dos preços dos alimentos e apoio à agricultura familiar), entre outras ações, visando à melhoria no acesso quantitativo aos alimentos, mas também à possibilidade de escolha de uma alimentação saudável e adequada, respeitando o meio ambiente e a cultura alimentar, com valorização dos alimentos regionais.

Esse papel é complementado por Freitas et al. (2025, p. 5) onde aponta

(...) destacam que a agricultura urbana e periurbana tem sido um dos promotores de saúde para a população menos favorecida economicamente, amenizando problemas, sociais, psicológicos, alimentares entre outros, sendo assim, os benefícios das hortas comunitárias vão além de somente uma alimentação saudável.

Embora a agricultura familiar não estivesse presente em seu cotidiano como catadora em São Paulo, Carolina indica, em suas lembranças da vida rural, que o acesso à terra e a possibilidade de cultivar o próprio alimento representariam alternativas concretas à fome.

Essa ausência reforça como a concentração fundiária e a exclusão histórica da população negra dos processos de reforma agrária perpetuam a insegurança alimentar. A impossibilidade de plantar e colher obriga Carolina e tantas outras mulheres negras a depender de restos urbanos, revelando como a negação da agricultura familiar é também um mecanismo de perpetuação da fome.

5.3.9 Estigmatização da Comida Negra

Os artigos mostram que a comida negra, historicamente vinculada às práticas de resistência da população escravizada, foi ao longo do tempo marcada por estigmas e estereótipos raciais. A desvalorização cultural dos alimentos afro-brasileiros cria uma fronteira simbólica: enquanto a culinária europeia é associada ao prestígio, as comidas negras são vistas como “inferiores” ou “menos saudáveis”.

Nas palavras de Souza e Ribeiro (2023, p.13):

O ato de comer dos povos quilombolas não tem somente relação com uma satisfação fisiológica, pois sentar-se a mesa com alguém em uma refeição é cultural e está relacionada aos ritos das religiões de matriz africana. A comensalidade na alimentação quilombola está intimamente ligada à socialização, religiosidade e a oferta aos santos e deuses no candomblé.

Essa estigmatização cumpre dupla função: invisibiliza a importância histórica e nutricional da comida negra e, ao mesmo tempo, abre espaço para a imposição de produtos industrializados, muitas vezes nocivos à saúde, como parte do processo de nutricídio. Conforme exemplificado por Corrêa e Silva (2022, p. 4)

Sobre os alimentos identitários, diversos estudos têm ressaltado que as fontes alimentares de subsistência estão presentes no próprio território em que se vive mesmo que de forma limitada. A base da alimentação é o peixe, a caça, a farinha e as frutas; esses alimentos têm sido, porém, substituídos por produtos industrializados e de fácil preparação, como macarrão instantâneo, refrigerantes, enlatados e embutidos, em razão da facilidade de acesso aos centros urbanos.

Da mesma forma que a comida da elite é associada à fartura e ao prestígio, os alimentos disponíveis às populações negras são marcados pelo estigma de inferioridade, sendo naturalizados como “comida de pobre”. Essa fronteira simbólica já aparece nas observações de Carolina em diversos trechos de Quarto de Despejo, que contrasta o que a favela come com o que circula nas mesas da cidade, antecipando os debates atuais sobre racismo alimentar e estigmatização cultural da comida negra.

5.3.10 Resistência e Soberania Alimentar

A resistência aparece nos textos não apenas como sobrevivência diante da fome, mas como estratégia ativa de luta e afirmação cultural. Hortas comunitárias, agricultura de subsistência e feiras locais são apresentadas como formas de fortalecer vínculos de solidariedade e garantir autonomia frente às imposições do mercado. Trata-se de uma resistência cotidiana, mas também de um projeto político de soberania alimentar.

Segundo Freitas et al. (2025, p. 8), lê-se:

Se considerarmos que a maioria das pessoas que residem em periferias no país são negras, e que essas pessoas passam por racismo alimentar, essas pessoas podem ser beneficiadas das hortas comunitárias. Esse corte da população pode desfrutar dos benefícios além da alimentação mais saudável saindo dos desertos e pântanos alimentares, sabendo que essa parte da população é negligenciada, os outros benefícios acabam sendo fatores importantes para que essa população se desenvolva em outras áreas.

Conforme apontado por Cabral et al. (2024, p. 10):

Movimentos como a agroecologia e a soberania alimentar, liderados por mulheres negras e comunidades tradicionais, emergem como respostas políticas a esse movimento biopolítico de genocídio alimentar.

Assim, resistência e soberania alimentar se complementam: resistir significa lutar contra as condições que produzem fome e insegurança, enquanto a soberania aponta para a conquista do direito de decidir sobre a própria comida, suas formas de cultivo e preparo.

Em Quarto de Despejo, Carolina Maria de Jesus descreve como transformar restos, ossos e cascas em alimento para seus filhos, revelando que comer, em sua realidade, era sempre um ato de resistência. Sua escrita denuncia não apenas a fome, mas o modo como ela é produzida socialmente, convertendo a própria sobrevivência em um gesto político. Essa luta cotidiana se aproxima da ideia moderna de soberania alimentar, já que a autora reivindica, com sua voz, o direito básico de escolher e acessar alimentos dignos, e não apenas aceitar os restos impostos às populações pobres e racializadas.

Conclui-se, portanto, que as barreiras geográficas, somadas à negligência institucional, aprofundam as vulnerabilidades alimentares e reiteram a lógica do racismo estrutural, do capitalismo e da interseccionalidade nos padrões de distribuição de recursos básicos. Dito isso, as dez categorias construídas ao longo da análise tematizam a fome como um fenômeno estruturalmente racializado, politicamente determinado e geograficamente localizado. Essas categorias oferecem uma lente crítica sobre as múltiplas dimensões da fome, permitindo compreender sua constância como produto de uma lógica de dominação capitalista e racista que desumaniza e marginaliza corpos e territórios.

6. ANÁLISE DE DADOS

A análise temática revelou que a fome no Brasil é sustentada por um conjunto de estruturas interligadas, racismo estrutural, desigualdades de gênero e classe, lógica capitalista, ausência de políticas públicas, desigualdades territoriais e eventos críticos como a pandemia de Covid-19. Esses fatores não atuam de maneira isolada, mas se reforçam mutuamente, formando um sistema persistente de exclusão alimentar.

O racismo estrutural, confirma a tese de Almeida (2019) de que a desigualdade racial no Brasil não é casual, mas constitutiva das instituições e das relações sociais. Ao estabelecer barreiras históricas ao acesso de negros a emprego formal, terra, educação e renda, o racismo define também quem tem acesso pleno a uma alimentação adequada. Em Quarto de Despejo, Carolina Maria de Jesus ilustra a materialidade dessa exclusão ao narrar episódios em que a fome era naturalizada na favela, enquanto alimentos circulavam em abundância nos bairros ricos de São Paulo.

A interseccionalidade entre raça, gênero e classe reforça esse padrão, revelando que mulheres negras chefes de família são as mais expostas à insegurança alimentar. Essa constatação, presente em Crenshaw (2002) e confirmada pelos dados da PENSSAN (2022), é vivida por Carolina de forma cotidiana: ela prioriza a alimentação dos filhos, muitas vezes ficando sem comer, o que traduz, em experiência concreta, o dado estatístico atual.

O conceito de nutricídio (AFRIKA, 1994) amplia a compreensão da fome ao mostrar que não se trata apenas da ausência de alimentos, mas da imposição de dietas empobrecidas e prejudiciais à saúde, resultado de um sistema que lucra com a má alimentação. A presença numerosa de ultraprocessados nas periferias e a ausência de políticas efetivas de incentivo à produção e distribuição de alimentos in natura exemplificam essa lógica. O relato de Carolina, descrevendo refeições baseadas em restos e de alimentos vencidos, evidencia que a qualidade do alimento recebido sempre esteve subordinada à posição social e racial do sujeito.

A ausência e o desmonte de políticas públicas agravam essa situação. A extinção do CONSEA e a fragilização do PAA nos últimos anos refletem um retrocesso na garantia do direito humano à alimentação adequada. A comparação com o período narrado em Quarto de Despejo é reveladora: embora no período analisado existam políticas e programas

estruturados, seu desmonte ameaça recolocar o país em condições semelhantes às vividas na década de 1950, quando a fome era combatida apenas por ações assistencialistas pontuais e insuficientes.

A categoria “território” destaca que a fome também é uma questão geográfica visto que comunidades negras e periféricas são forçadas a viver em espaços onde alimentos frescos e nutritivos são escassos ou inacessíveis. Carolina descreve a favela como um espaço onde “a comida boa não chega”, além de pontuar em diversos momentos que o sonho de todos que ali vivem é “sair da favela”.

O capitalismo, por sua vez, organiza a produção e distribuição de alimentos a partir de uma lógica de acumulação que prioriza a exportação e a venda de ultraprocessados para o mercado interno. O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, mas mantém parcelas significativas de sua população em insegurança alimentar. Em Quarto de Despejo, o lixo das classes mais ricas se torna fonte de subsistência para os mais pobres criando o retrato de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que produz abundância, destina aos vulneráveis apenas o excedente descartado.

A pandemia de Covid-19 atuou como catalisadora e potencializadora das desigualdades, intensificando a insegurança alimentar em ritmo acelerado. A redução da renda, o aumento do desemprego e a fragilidade das redes de proteção social expuseram a vulnerabilidade de milhões de brasileiros. Embora Carolina não tenha vivido uma pandemia, sua narrativa expõe tantos outros percalços vividos, em que enfrenta a súbita escassez de renda e alimentos.

A agricultura familiar aparece como uma categoria porque representa tanto a possibilidade de garantir alimentos frescos e diversificados quanto um caminho de geração de renda e de fortalecimento comunitário. Estudos sobre quilombos, comunidades rurais e favelas mostram que o acesso à terra e o apoio a políticas como o PAA e o PNAE são fundamentais para romper com a dependência de alimentos ultraprocessados e caros. No entanto, a negação histórica do acesso à terra para a população negra transforma essa possibilidade em limite estrutural. Em Quarto de Despejo, Carolina faz menção à criação de um porco no quintal da favela, gesto que pode ser lido como tentativa de reconstituir, em condições precárias, uma lógica de subsistência próxima à agricultura familiar. O episódio, porém, termina marcado pela dificuldade e pela dor, simbolizando como a ausência de território e principalmente de condições estruturais inviabiliza práticas mais autônomas de

produção de alimento e como estar inserida em um contexto em que todos estão na miséria gera riscos.

A estigmatização da comida negra é outro fator recorrente. A literatura demonstra que o racismo opera não apenas nas relações sociais e econômicas, mas também no campo simbólico, desqualificando as práticas alimentares afro-brasileiras como “comida de pobre” ou “menos saudáveis”. Essa desvalorização abre espaço para a imposição de alimentos industrializados, criando o terreno para o nutrídio. Carolina registra essa experiência quando relata a vergonha de oferecer aos filhos ossos, cascas ou restos retirados do lixo. A forma como ela percebe o contraste entre o alimento consumido nas classes médias e o que sobra para os moradores da favela ilustra a violência simbólica e material que acompanha a comida negra e pobre, sempre vista como insuficiente, suja ou indigna.

Por fim, a resistência e a soberania alimentar se apresentam como contrapontos a esse processo de exclusão. Se por um lado as estruturas sociais produzem fome, por outro, comunidades negras têm criado práticas de resistência que passam pelo resgate de alimentos tradicionais, pela organização em hortas comunitárias, pelo fortalecimento de feiras locais e pelo uso de políticas públicas como o PAA e o PNAE. Tais práticas não são apenas estratégias de sobrevivência, mas atos políticos de enfrentamento ao racismo estrutural e à lógica capitalista de produção de alimentos. Em Quarto de Despejo, a resistência de Carolina se manifesta não pela abundância, mas pela dignidade em narrar sua fome e denunciar a desigualdade. Sua escrita se converte em ato político que, ainda que não nomeie a “soberania alimentar” tal como hoje compreendemos, revela a luta cotidiana por autonomia, por voz e pelo direito de decidir sobre a própria comida.

A análise conjunta das categorias evidencia que a fome, no Brasil, não pode ser explicada unicamente por variáveis econômicas. Trata-se de um fenômeno enraizado em estruturas históricas e políticas, que a indústria alimentícia ajuda a manter ao priorizar a lógica do mercado em detrimento da garantia de direitos. O diálogo entre dados acadêmicos e a experiência narrada em Quarto de Despejo mostra que, embora o cenário tenha se transformado ao longo das décadas, as engrenagens que produzem a fome permanecem operando de forma semelhante. Essa permanência exige que as estratégias de enfrentamento vão além de medidas emergenciais, incorporando uma abordagem interseccional e estrutural capaz de romper os ciclos históricos de exclusão alimentar.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar criticamente a relação entre indústria alimentícia, classe social e racismo no Brasil, tendo a fome como objeto central e Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus, como referência representativa e contextual. A partir da análise temática de textos acadêmicos e documentos técnicos, articulada com a obra literária, foi possível identificar que a fome no país é resultado de uma combinação persistente de fatores estruturais, econômicos e políticos que se sobrepõem e se realimentam.

A pesquisa confirmou que o racismo estrutural é um eixo central para compreender a distribuição desigual da insegurança alimentar, afetando de forma mais intensa famílias negras, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres. A interseccionalidade entre raça, gênero e classe, ao lado de fatores como ausência e desmonte de políticas públicas, desigualdades territoriais, lógica capitalista de produção e comercialização de alimentos e crises como a pandemia de Covid-19, formam um sistema que perpetua a exclusão alimentar.

A noção de nutricídio mostrou-se fundamental para compreender que a violência alimentar não se limita à privação total de comida, mas inclui a imposição de dietas pobres em nutrientes e prejudiciais à saúde, desfecho direto de escolhas políticas e econômicas orientadas pelo lucro. A indústria alimentícia, ao priorizar a produção de ultraprocessados e a exportação de mercadorias, reforça esse cenário, restringindo o acesso da população mais vulnerável a alimentos frescos e nutritivos.

O diálogo com Quarto de Despejo revelou a permanência de padrões históricos: as estratégias de sobrevivência narradas por Carolina Maria de Jesus na década de 1950 encontram paralelo nas experiências contemporâneas, mesmo diante das mudanças no contexto econômico e nas políticas públicas. Essa continuidade evidencia que o combate à fome no Brasil exige mais do que ações emergenciais, é necessária uma abordagem estrutural, capaz de enfrentar simultaneamente as desigualdades raciais, de gênero e de classe que a sustentam.

Do ponto de vista político, os resultados reforçam a urgência da retomada e ampliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com enfoque interseccional e territorializado. Como contribuição teórica, este estudo demonstra a relevância de abordagens que articulem pesquisa científica e narrativas literárias para compreender desigualdades estruturais ampliando as possibilidades de interpretação e comunicação dos fenômenos sociais. Na prática, fornece subsídios para profissionais da saúde, nutricionistas, gestores

públicos e organizações sociais, orientando ações e políticas mais justas e efetivas quanto a esferas invisibilizadas no enfrentamento da insegurança alimentar.

Entre as limitações, destaca-se que a pesquisa se concentrou em uma análise temática limitada de textos acadêmicos, documentos técnicos e uma obra literária representativa, o que pode restringir a exploração dos achados, demarcando um recorte específico. Além disso, o estudo não incluiu coleta de dados empíricos recentes junto às populações afetadas, o que poderia fornecer informações complementares sobre as condições atuais de insegurança alimentar.

Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar investigações quantitativas e qualitativas sobre a fome em diferentes contextos regionais, explorando a diversidade de experiências e estratégias de enfrentamento. Também é pertinente avaliar o impacto das políticas públicas recentes, bem como analisar a atuação da indústria alimentícia em outros recortes de raça, classe e gênero, contribuindo para a formulação de estratégias mais eficazes de combate à desigualdade alimentar.

Assim, este trabalho reafirma que a fome no Brasil, longe de ser um fenômeno natural ou inevitável. Ao reconhecer que “a fome ainda tem cor”, reconhece-se também a necessidade de ações coletivas e estruturais para que, no futuro, narrativas como as de Quarto de Despejo não sejam mais ecoadas na realidade cotidiana das populações negras e pobres do país.

7. REFERÊNCIAS

ABIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS. *Relatório Anual 2023*. São Paulo: ABIA, 2023.

ALMEIDA, Isadora Helena de Azevedo. *Territorialidades do nutricídio: decolonizando o direito à alimentação adequada*. 2023. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALMEIDA, J. S.; CASTRO, T. A insegurança alimentar e nutricional entre povos tradicionais no Brasil: uma revisão de escopo. *Saúde em Debate*, v. 45, n. 131, p. 890-905, 2021.

ARAÚJO, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 2, p. 1-18, 2021.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000100003>.

BOAS, Lucas Guedes Vilas. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e as principais condicionantes da (in)segurança alimentar no Brasil. *Geoconexões*, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/373897340>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Usando a análise temática em psicologia. Tradução de: Using thematic analysis in psychology. In: VIEIRA, C. M. A.; ZANELLA, A. V. (org.). *Clássicos da psicologia qualitativa: epistemologia e prática de pesquisa*. São Paulo: NVersos, 2022. p. 76-107.

BRASIL. Constituição (1988) da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2006.

CABRAL, Mariana Pompílio Gomes; MOREIRA, Daiana de Jesus; ALVES, Erinaldo Domingos; et al. Nutricídio e racismo alimentar na crise neoliberal e socio sanitária da pandemia de covid-19 no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 33, n. 2, e220740, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220740pt>.

CAMPOS, L. F. Cuidado em saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 37, p. 55-74, 2021.

CARVALHO, A. S.; OLIVEIRA E SILVA, D. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuaçu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. *Interface (Botucatu)*, v. 18, n. 50, p. 521-532, 2014. DOI: 10.1590/1807-57622013.0804.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (CDESC). Comentário Geral nº 12 – o direito humano à alimentação. In: VALENTE, F. L. S. *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 261-272.

CORRÊA, Nádia Alinne Fernandes; SILVA, Hilton Pereira da. Comida de quilombo e a desnutrição infantil na Amazônia Paraense: uma análise com base no mapeamento da insegurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 29, e022008, 2022. DOI: 10.20396/san.v29i00.8670218.

COSTA, R. S. et al. Nutricídio da população negra em tempos de COVID-19: analisando os impactos do encontro de crises no Brasil atual. *Saúde em Debate*, v. 45, n. esp., p. 120-135, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DURAN, Francisco de Paula Dominguez; SOUSA, João Lucas Coimbra; SILVA, José de Ribamar Sá. Racismo, fome e política: um diálogo sobre África e América na conjuntura da pandemia. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 26, esp., p. 603-622, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321174063033/html>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021*. Roma: FAO, 2021.

FERNANDES, M. L.; PEREIRA, J. Nutricídio e racismo alimentar na crise neoliberal e socio sanitária da pandemia de COVID-19 no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 2, p. 1-22, 2021.

FIOCRUZ. *Fala aê, mestre: Comunidades quilombolas, direito à terra e saúde*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.org.br/fala-ae-mestre-comunidades-quilombolas-direito-a-terra-e-saude/>. Acesso em: 16 ago. 2025.

FREITAS, João Pedro Santos; JESUS, Maykson Costa de; BORGES, Julia de Oliveira; et al. Hortas comunitárias e seus benefícios para população negra: uma revisão bibliográfica. *Revista Foco*, v. 18, n. 2, p. 1-20, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n2-034.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. *Agonia da fome*. Rio de Janeiro; Salvador: Fiocruz; EDUFBA, 2003.

GHIGGINO, L. T. et al. Iniquidades raciais em estudos populacionais de alimentação e nutrição. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 12, e397111234610, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.34610.

GOMES, H. R.; ALMEIDA, C. Racismo, fome e política: um diálogo sobre África e América na conjuntura da pandemia. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 35, p. 15-33, 2021.

IDEC – INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. *Desertos alimentares*. São Paulo: Alimentando Políticas, 2019. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Desertos-Alimentares.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília: IPEA, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

JONSSON, Urban. As causas da fome. In: VALENTE, F. L. S. (org.). *Fome e desnutrição: determinantes sociais*. São Paulo: Cortez, 1986. p. 48-65.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MALUF, Renato S.; SPINELLI, Maria Aparecida. Segurança alimentar: referências conceituais para políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 7, p. 2655-2662, 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1, 2018.

MONTEIRO, Carlos A. et al. A nova classificação dos alimentos baseada na extensão e propósito do seu processamento. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 26, n. 11, p. 2039-2049, 2018.

MOURA, E. C. et al. Desigualdades sociais no perfil de consumo de alimentos da população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 12, p. 4267-4276, 2018.

NASCIMENTO, P. B. Nutricídio e dispositivo de racialidade: precarização alimentar e morte da população negra. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 34, p. 70-91, 2020.

OLIVEIRA, T. C.; SANTANA, D. Repercussões do racismo na alimentação e nutrição da população negra brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 9, p. 4021-4030, 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comentário Geral nº 12: O direito humano à alimentação (art. 11). Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos, 1999. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Comentario-Geral-No-12.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

REIS, Dalila Lottali; PINHEIRO, Anna Dexe; JACOBI, Pedro Rubens Lopes Augusto de. Repercussões do racismo na alimentação e nutrição da população negra brasileira. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 30, p. –, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8672249>.

SANTOS, K. J.; BARBOSA, M. Hortas comunitárias e seus benefícios para a população negra: uma revisão bibliográfica. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 35, p. 180-199, 2021.

SANTOS, R. M.; LIMA, V. Comida de quilombo e a desnutrição infantil na Amazônia Paraense: uma análise com base no mapeamento da insegurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 27, n. 1, p. 1-15, 2020.

SILVA, A. P.; SOUZA, C. Reflexões sobre práticas alimentares em comunidades quilombolas e os impactos do racismo na invisibilização dos saberes. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 36, p. 200-220, 2021.

SILVA, A. P. F.; OLIVEIRA, A. C. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 7, p. 2627-2636, 2019.

SILVA, E. K. P. et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 4, e00005716, 2017. DOI: 10.1590/0102-311X00005716.

SILVA, M. A.; FERREIRA, J. Analisando a insegurança alimentar através da interseccionalidade: explorando as nuances de cor e gênero na fome. *Revista Katálisis*, v. 25, n. 1, p. 150-165, 2022.

SILVA, Nádja; SANTOS, Thayonara. Nutricídio da população negra em tempos de COVID-19: analisando os impactos do encontro de crises no Brasil atual. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, n. 14, p. 1-20, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/64986>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SILVA, Silvana Oliveira da; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; GAMA, Cíntia Mendes; et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 7, e00255621, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT255621>.

SOUZA, C. G.; RIBEIRO, D. A. Reflexões sobre práticas alimentares em comunidades quilombolas e os impactos do racismo na invisibilização dos saberes. *Revista de Alimentação e Cultura das Américas*, v. 4, n. 1, p. 89-104, 2023. DOI: 10.35953/raca.v4i1.148.

SOUZA, L. P.; SANTOS, J. R. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e as principais condicionantes da (in)segurança alimentar no Brasil. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 25, n. 1, p. 45-60, 2018.

SOUZA, M. P. et al. Hábitos alimentares de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do semiárido baiano, Brasil. *Revista de Nutrição*, v. 31, n. 4, p. 361-372, 2018.

VALENTE, Francisco de Assis L. Silva. *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENTE, Francisco de Assis L. Silva. Segurança alimentar e nutricional: transformando natureza em gente. In: VALENTE, F. L. S. *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 103-136.

8. APÊNDICES

Apêndice A: Resultado de Buscas.

Periódicos Capes e SciELO
ARAÚJO, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. <i>Revista Estudos Feministas</i> , v. 29, n. 2, p. 1-18, 2021.
SOUZA, L. P.; SANTOS, J. R. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e as principais condicionantes da (in)segurança alimentar no Brasil. <i>Segurança Alimentar e Nutricional</i> , v. 25, n. 1, p. 45-60, 2018.
COSTA, R. S. et al. Nutricídio da população negra em tempos de COVID-19: analisando os impactos do encontro de crises no Brasil atual. <i>Saúde em Debate</i> , v. 45, n. esp., p. 120-135, 2021.
FERNANDES, M. L.; PEREIRA, J. Nutricídio e racismo alimentar na crise neoliberal e socio sanitária da pandemia de COVID-19 no Brasil. <i>Physis: Revista de Saúde Coletiva</i> , v. 31, n. 2, p. 1-22, 2021.
GOMES, H. R.; ALMEIDA, C. Racismo, fome e política: um diálogo sobre África e América na conjuntura da pandemia. <i>Revista da ABPN</i> , v. 13, n. 35, p. 15-33, 2021.
OLIVEIRA, T. C.; SANTANA, D. Repercussões do racismo na alimentação e nutrição da população negra brasileira. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , v. 26, n. 9, p. 4021-4030, 2021.
Elicit
SILVA, M. A.; FERREIRA, J. Analisando a insegurança alimentar através da interseccionalidade: explorando as nuances de cor e gênero na fome. <i>Revista Katálisis</i> , v. 25, n. 1, p. 150-165, 2022.
NASCIMENTO, P. B. Nutricídio e dispositivo de racialidade: precarização alimentar e morte da população negra. <i>Revista da ABPN</i> , v. 12, n. 34, p. 70-91, 2020.
GHIGGINO, L. T. et al. Iniquidades raciais em estudos populacionais de alimentação e nutrição. <i>Research, Society and Development</i> , v. 11, n. 12, e397111234610, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.34610.
SILVA, A. P.; SOUZA, C. Reflexões sobre práticas alimentares em comunidades quilombolas e os impactos do racismo na invisibilização dos saberes. <i>Revista da ABPN</i> , v. 13, n. 36, p. 200-220, 2021.
Litmaps
SANTOS, R. M.; LIMA, V. Comida de quilombo e a desnutrição infantil na Amazônia Paraense: uma análise com base no mapeamento da insegurança alimentar e nutricional. <i>Segurança Alimentar e Nutricional</i> , v. 27, n. 1, p. 1-15, 2020.

ALMEIDA, J. S.; CASTRO, T. A insegurança alimentar e nutricional entre povos tradicionais no Brasil: uma revisão de escopo. *Saúde em Debate*, v. 45, n. 131, p. 890-905, 2021.

SANTOS, K. J.; BARBOSA, M. Hortas comunitárias e seus benefícios para a população negra: uma revisão bibliográfica. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 35, p. 180-199, 2021.

MOURA, E. C. et al. Desigualdades sociais no perfil de consumo de alimentos da população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 12, p. 4267-4276, 2018.

SILVA, E. K. P. et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 4, e00005716, 2017. DOI: 10.1590/0102-311X00005716.

CARVALHO, A. S.; OLIVEIRA E SILVA, D. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuaçu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. *Interface (Botucatu)*, v. 18, n. 50, p. 521-532, 2014. DOI: 10.1590/1807-57622013.0804.

SOUZA, M. P. et al. Hábitos alimentares de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do semiárido baiano, Brasil. *Revista de Nutrição*, v. 31, n. 4, p. 361-372, 2018.

CAMPOS, L. F. Cuidado em saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 37, p. 55-74, 2021.

Fonte: Elaborado pela autora.